

Um novo perfil de segurança

ANTÓNIO CARLOS PEREIRA *

Nos últimos vinte anos, pelo menos, houve uma mudança no perfil de segurança do Brasil. Isso ocorreu por alguns motivos às vezes muito lembrados, mas raramente reunidos. Vou tentar agrupar uns poucos deles - os que creio mais relevantes para a presente análise:

1. Porque o Brasil se tornou a oitava economia do mundo livre. Vale dizer, a economia de São Paulo é aproximadamente o dobro da economia de Portugal; a economia do Brasil é maior que as economias de Portugal e Espanha juntas. Isto traz algumas obrigações de segurança que somente alguns países podem se dispensar, entre eles o Japão que, como todos os que citam este exemplo sabem, mas nunca o revelam, está sob a protecção integral dos Estados Unidos.

2. Porque o Brasil se tornou o maior devedor do mundo. Em consequência, tivemos que fixar como objectivo estratégico a ampliação de resultados superavitários do comércio para o pagamento da dívida e para o financiamento de projectos de desenvolvimento.

Neste processo, abrimos mercados a cotovelações, tivemos sobre nós a espada da execução da dívida, assumimos comportamentos pouco liberais. Descobrimos do que o mundo é feito e aprendemos a fazer amigos e a influenciar pessoas.

3. Porque o Brasil tomou soberanamente a decisão estratégica de se afastar do conflito Leste-Oeste e das alianças que este envolvimento significava. E tomou tal decisão por entender que o alinhamento estreito com os Estados Unidos, fosse no plano militar, fosse no plano das relações económicas, era de tal forma restritivo que frustraria o projecto brasileiro de se tornar uma potência média.

4. Porque o Brasil decidiu criar uma razoável indústria de material bélico depois que constatou que:

- a) O fornecimento de armas e suprimentos não é confiável em momentos de crise, se o país não está firme e automaticamente alinhado à potência hegemónica.
- b) Temos problemas cambiais e o dinheiro que sai do país sob a forma de pagamento de armas dificilmente volta sob a forma de compensações comerciais, nas relações com o mercado europeu ou norte-americano.

- c) Temos tecnologia nacional, ou sob controle nacional, para fabricar o material de que necessitamos, e esta tecnologia é suficiente para interessar terceiros países, que sustentarão de facto nossa indústria bélica. Ademais, não fazemos armas para um único cenário, como é o caso dos países da OTAN, e isso torna nossos produtos aceitáveis por países de quase todas as regiões do mundo.

5. *Porque o Brasil decidiu tornar-se realmente uma potência regional*, conforme suas iniciativas de aproximação com a Argentina e a controvertida Resolução 41/11 da ONU, que considera o Atlântico Sul uma zona de paz e cooperação.

Tudo isso seria divertida retórica não fosse o facto de as palavras estarem acompanhadas:

- a) do controle do ciclo do combustível nuclear;
- b) da decisão política, a meu ver acertada, de construir submarinos de ataque de propulsão nuclear, sem buscar o *up-grade* para o artefacto nuclear;
- c) da ultimização dos testes da família de foguetes *Sonda*, que poderá colocar, inclusive, satélites brasileiros, ou sino-brasileiros, em órbita.

Percepção de ameaça mudou

Disse, no início, que houve uma mudança no perfil de segurança do Brasil. Tal afirmação suscita, de imediato, duas questões. A primeira é: porque o Brasil alterou seu formato de segurança? A segunda é: quais as consequências destas alterações para o Brasil?

Ambas as respostas são óbvias, se tratadas conceitualmente: a percepção de ameaça mudou.

Permito-me repetir aqui um truísmo em assuntos de defesa: a ameaça só existe quando existe a percepção da ameaça. Este conceito algo acaciano indica que o Brasil mudou a sua própria percepção de ameaça. Já não tememos a Argentina, com quem tratamos de estabelecer novos vínculos de cooperação. Já não somos indiferentes dos vizinhos da fronteira norte, de quem nos acreditávamos isolados por rios e florestas antes intransponíveis. Agora descobrimos, como haviam feito os portugueses há quase 500 anos, que a nossa área estratégica vital é o Atlântico Sul.

E se planejamos construir submarinos nucleares e mísseis de alcance médio é porque nossa postura de defesa se alterou substancialmente. Primeiro, quanto a seu alcance, que passa a ser de defesa avançada (e só assim justificariamos o submarino nuclear e os mísseis); segundo, quanto à origem da ameaça, que passa a ser presumida no mínimo de nível médio:

terceiro, quanto à sua natureza, que supõe a dissuasão (e o termo deve ser tomado em sua plena acepção político-militar).

Esta mudança da percepção de ameaça não se dá sem consequências. Uma delas é o reconhecimento, seja implícito, seja explícito, de que o Brasil pode ser um país geopoliticamente satisfeito, mas não é um país sem ambições geopolíticas.

Este facto curial está na raiz da grandeza brasileira: 140 milhões de habitantes, 313 bilhões de dólares de PIB, oitava economia do mundo ocidental, quinta massa geográfica do globo, economia maior que a de Portugal e Espanha juntas - apesar de estarmos em nosso sexto ano consecutivo de crise.

O Brasil tem ambições. São ambições de crescimento económico e de influência política. Os factos, os números revelam nossas ambições e o que fazemos para satisfazê-las. Esconder esta realidade sob o argumento falaz de que o Brasil não deseja hegemonias é algo duplamente perigoso. De início, porque distorce a percepção externa que se tem do Brasil. Depois, porque isto é transformar um movimento tático da diplomacia em questão de princípio de política externa.

Voltando à mudança da percepção de ameaça, o facto é que, a partir da instalação da indústria bélica no Brasil, passamos a ser percebidos de forma diferente. Ocorre que nossa política de vendas e transferência de armas obedece a critérios puramente mercantis, que contrariam os critérios regidos por princípios de política externa seguidos, por exemplo, pelos Estados Unidos e por alguns países da OTAN ou da Comunidade Europeia.

É que nossas motivações encontram-se na formação de excedentes cambiais, antes de mais nada, ao passo que as motivações de outros países encontram justificativas ditas mais «nobres», ligadas à defesa dos interesses do Ocidente, por exemplo. Assim foi que os Estados Unidos criticaram duramente o Brasil, por fornecer armas ao Iraque, mas não a França, que vendeu dez vezes mais que o Brasil para o mesmo cliente, no mesmo período.

E isto leva-nos, entre parêntesis, a outra reflexão: a OTAN e a Comunidade Europeia superpõem-se em boa medida, uma no terreno militar e outra no económico e no político. Até que ponto, portanto, a Europa comunitária pode ser aliada da América Latina (leia-se Brasil) para reduzir as pressões dos Estados Unidos, se nas relações norte-atlânticas o que parece prevalecer são sempre as considerações de segurança?

Fechado o parêntesis, o que importa é que, com nossa indústria bélica, passamos a ser vistos, em boa medida e em vários centros de decisão política, como um risco de segurança

a ser considerado dentro de perspectivas próprias.

Ocorre que nos estamos lançando a aventuras ainda mais perigosas, segundo a óptica externa: estamos preparando-nos para construir submarinos nucleares, fora de qualquer controle da Agência Internacional de Energia Atômica, e, para piorar, buscamos a tecnologia de foguetes que também podem ser usados como vectores de artefactos nucleares.

Mesmo que não cheguemos ao artefacto - e creio firmemente que a decisão é a de não ir tão longe - teremos dentro de poucos anos atingido capacidade de defesa avançada que representará poder real de dissuasão para qualquer ameaça oriunda de potência média ou mesmo de superpotência, conforme o nível da pressão.

Tudo isto - repito - estou dizendo ao final do sexto ano consecutivo de uma crise nacional gravíssima. A crise pode até prosseguir, mas parece-me que o programa estratégico brasileiro não vai parar. Para ele haverá dinheiro e em pouco tempo mais o Brasil terá um considerável poder militar realizado.

É por isso - porque o Brasil adquirirá notável capacidade militar e estratégica - que prefiro um Brasil politicamente estável para que possa haver uma América Latina politicamente estável, a cavaleiro de um lago de paz chamado Atlântico Sul. Isto só será possível se, neste mundo multipolar que muitos prevêem, o Brasil se tornar o interlocutor forte da região.

Caso contrário, se a América Latina for obliterada do cenário dos blocos - conforme as previsões pessimistas - temo que o Brasil se torne um elemento profundamente perturbador da nova ordem internacional que surgir. Dado o seu peso específico - que independe do grau de optimismo de qualquer cenário - o Brasil pode desequilibrar qualquer balanço, até mesmo com um isolamento magnífico, como se fez na China.

Nunca foi tão necessário como agora, no Brasil, *pensar estrategicamente, falar estrategicamente, agir estrategicamente*. Entretanto, nunca foi tão difícil este proceder estratégico. É que a visão estratégica é necessariamente aberta, prospectiva, grandiosa, perscrutadora do futuro, mesmo quando solidamente arreigada no passado. E hoje nós, brasileiros, vivemos aquela que talvez seja a maior crise de nossa história: a crise económica, com seus derivados políticos e sociais e que já se transformou, dada a sua virulência e persistência, em crise moral.

Ora, crise de tal magnitude leva o homem a cuidar exclusivamente da sua sobrevivência, a aplicar todas as suas energias na tarefa medíocre de apenas seguir existindo. A crise reduz

dramaticamente os nossos horizontes. Tornamo-nos introspectivos, voltamo-nos para dentro de nós mesmos, não num benfazejo processo de autoconhecimento e sim no amesquinamento de nossas vontades.

Nestes momentos, pensar estrategicamente violenta a urgente necessidade que temos de resolver nossos problemas pela improvisação e com a rapidez a que a crise nos obriga: mas é esta violência que nos sacode a letargia, que nos tira da pequenez dos expedientes diários e nos lança rumo às grandes soluções, aquelas, sim, que retomam a vocação de grandeza herdada do povo lusitano.

Este intróito não reflecte uma visão desesperançada das coisas. É antes a reprodução do estado de espírito que vai progressivamente tomando conta de um povo que há dez anos se orgulhava de ter uma das maiores taxas contínuas de crescimento económico e hoje está sufocado pela inflação galopante e atemorizado pelo fantasma da ingovernabilidade. O Brasil, apesar de tudo, continua grande, mantém intacto o seu moderno parque industrial, avança insuficientemente na área tecnológica - mas avança, e continua a sua transformação de país agrícola em país industrial, ao mesmo tempo em que moderniza a sua agricultura e abre novas fronteiras para o plantio e a criação. Nossas exportações são crescentes, em volume, pauta de produtos e países compradores.

Em resumo: a crise é seriíssima, mas não retirou a viabilidade do Brasil. Somos ainda a oitava economia do mundo ocidental e temos condições estruturais de continuar aspirando ao *status* de potência média.

Faço estas referências por entendê-las necessárias como pano de fundo do quadro estratégico brasileiro que tentarei esboçar.

O conflito Leste-Oeste

O primeiro traço da grande política brasileira é o afastamento do conflito Leste-Oeste.

Esta política teve sua origem em 1977, quando o governo Geisel rompeu os acordos de assistência militar que o Brasil mantinha com os Estados Unidos, após um contencioso que envolveu a recusa norte-americana em fornecer equipamento moderno, as pressões para a denúncia do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e a política de direitos humanos da administração Carter, que submetia o Brasil ao julgamento ético do Congresso americano. Estes acontecimentos levaram o Brasil a procurar a sua própria posição dentro do quadro do conflito global, uma vez que até então éramos pouco mais que um apêndice estratégico

e militar dos Estados Unidos. Com Geisel, o Brasil desvinculou-se da aliança com os Estados Unidos, mas nem por isso perdeu contacto com os motivos ideológicos que subsistem na raiz daquele conflito.

Este conceito evoluiu. Com a redemocratização do Brasil, também o confronto ideológico perdeu o sentido radical que tinha antes. O Brasil continua se percebendo como herdeiro das tradições ocidentais e cristãs, mas já não se alinha automática e incondicionalmente ao líder do bloco ocidental e cristão. Ao contrário, o histórico dos votos do Brasil nas Nações Unidas, nos últimos dez anos, revela a natureza e a profundidade das divergências com os Estados Unidos. Da mesma forma, as disputas comerciais que ambos os países vêm mantendo, com acusações mútuas de protecționismo.

Do ponto de vista político, o alheamento do conflito Leste-Oeste é uma maneira de o Brasil afirmar o seu *status* de potência média. Do ponto de vista militar, nada mais é do que o reconhecimento de que o Brasil não tem poder realizado para participar significativamente de uma conflagração global e que, portanto, é mais sábio manter-se afastado de eventuais confrontos. Do ponto de vista económico e tecnológico, entretanto, esta posição é fraca, pois submete o país ao tratamento que os Estados Unidos reservam àqueles países que não estão listados entre seus aliados.

A aproximação Brasil-Argentina

As palavras *cooperação* e *integração* sempre fizeram parte da retórica das políticas externas dos países latino-americanos. Raramente, contudo, traduziram-se em acções concretas. Entretanto, estas duas palavras presidem às relações Brasil-Argentina, desde que os presidentes Raul Alfonsín e José Sarney decidiram assinar protocolos com vista à unidade de propósitos e caminhos para várias actividades.

Cooperação e integração, contudo, não se dão por mera manifestação de vontade. É necessária a preexistência de algumas condições objectivas. No presente caso, os presidentes da Argentina e do Brasil transformaram em oportunidade propícia para aprofundar os vínculos entre os dois países o facto de ambos estarem saindo de experiências políticas internas traumáticas, em primeiro lugar; e em segundo, o facto de ambos terem os seus projectos nacionais de grandeza truncados ou adiados por acontecimentos externos: os argentinos, pela guerra das Malvinas/Falklands, e os brasileiros pela crise da dívida externa.

O processo de cooperação e integração insere-se numa política que pretende romper os três círculos de ferro da política internacional de nossos dias: o determinado pelo eixo Leste-Oeste; o determinado pelo eixo Norte-Sul; o determinado pelo eixo Sul-Sul.

Dentro do círculo determinado pelo eixo Leste-Oeste busca-se encontrar um espaço económico e estratégico que nos subtraia à polarização das duas superpotências. Em resumo, temos que encontrar nosso próprio espaço de segurança.

As relações Norte-Sul, por sua vez, são notoriamente ambíguas: o discurso é amplamente favorável ao Sul, mas os resultados práticos da relação tendem a perpetuar a situação de desigualdade económica e tecnológica e de inferioridade tecnológica e militar. O Norte e *também o Sul* insistem numa retórica que privilegia conceitos como a «interdependência», a «cooperação» e o «desenvolvimento associado», enquanto a brecha económica e política entre os dois hemisférios se vai alargando e aprofundando.

Também aí é preciso delimitar um espaço estratégico que, nas relações Norte-Sul, permita o crescimento harmónico e auto-sustentado dos países do Sul subdesenvolvido.

Também as relações Sul-Sul padecem da retórica da «interdependência», da «cooperação» e do «desenvolvimento associado». Esta retórica tende a fazer-nos acreditar que os latino-americanos são todos irmãos, uma só família com um só destino. Não é verdade: temos nossa própria individualidade, nossos anseios e aspirações pessoais intransferíveis e destinos que muitas vezes se podem cruzar, mas que dificilmente serão os mesmos. Temos, isso sim, em determinados e fugazes momentos históricos (que por isto precisam ser aproveitados ao máximo), interesses comuns em torno de temas ou itens muito específicos. Somente a identificação destes pontos, no momento certo, poderá ir cimentando o longo caminho da boa convivência; e será a soma destes pontos que nos levará finalmente à integração.

Creio que o êxito da aproximação Brasil-Argentina será devido à cuidadosa identificação e exploração de cada um dos pontos concretos de nossas relações que permitirem um tratamento cooperativo e concertado, em mútuo benefício. Nossas economias apresentam alguns pontos de contacto que estão sendo bem explorados, após o impulso inicial dado pelos dois governos. Ademais, o processo de cooperação significa uma notável distensão política entre dois vizinhos que têm sido rivais desde os tempos coloniais.

Do ponto de vista militar, esta distensão é importante por que libera a atenção do Brasil para outros sectores de sua extensa fronteira, hoje muito sensíveis e importantes para o país.

A mudança do eixo estratégico

Estabelecido o clima de cooperação no Sul, as preocupações do Brasil podem-se voltar para as fronteiras oeste e norte.

É daqueles pontos que hoje sopram os ventos da instabilidade. Até há pouco, a Bolívia assustava seus vizinhos pela situação de liquefacção em que se encontrava a estrutura do Estado, que chegou a ser dominada e chefiada por produtores e traficantes de drogas. Hoje, entretanto, aquele país atravessa um período de estabilidade política e económica que esperamos seja duradouro.

No Peru e na Colômbia, a guerrilha e o narcotráfico, cada um com seus interesses específicos e seus métodos próprios de acção, golpeiam as instituições, incapazes de conter e derrotar a subversão e o crime organizado. No caso do Peru, a situação agora se agrava pelo recrudescimento do processo inflacionário que vai minando a autoridade política e a estabilidade do governo García.

O Brasil tem milhares de quilómetros de fronteiras com estes dois países. Natural, portanto, que as preocupações de segurança se voltem para aqueles processos de violência, que são de índole a ignorar fronteiras nacionais. O *Sendero Luminoso*, do Peru, tem seu habitat no altiplano andino, mas já realizou incursões pela floresta amazónica, tudo indicando que tenha desbordado a fronteira brasileira. Já as guerrilhas colombianas (e falamos no plural, porque o *M-19* é apenas o mais notório entre quase uma centena de grupos), estas têm se infiltrado em território brasileiro, quase sempre em fuga ou em trânsito, mas sempre em paz, buscando a máxima discrição. A situação é de tal forma preocupante que no último mês de Outubro as Forças Armadas do Brasil e da Colômbia realizaram exercícios coordenados na zona de fronteira (cada força em seu próprio território), numa espécie de «Operação Presença».

Na fronteira oeste é sempre causadora de preocupações a questão da sucessão do presidente Stroessner do Paraguai que exerce o poder autocraticamente desde 1954*. Governa o país com mão de ferro, não permitindo nem oposição, nem que surjam lideranças dentro do seu próprio partido. Portanto, sua sucessão é sempre uma incógnita. Incógnita vital para o Brasil, sócio do Paraguai no complexo hidroeléctrico de Itaipu, que produz cerca de 18 por cento da potência hidroeléctrica instalada no Brasil.

Desnecessário, portanto, sublinhar que a estabilidade do Paraguai é questão vital para o

* Stroessner foi entretanto destituído por golpe de Estado. (N. Ed.)

Brasil.

A área vital do Atlântico Sul

A Guerra das Malvinas/Falklands demonstrou aquilo que todos sabíamos: que, se do ponto de vista estratégico-militar o Atlântico Sul é uma área de importância secundária para as superpotências, para nós, países ribeirinhos, ele é uma área vital por todos os títulos. O Atlântico Sul, portanto, é um vazio de poder que precisa ser preenchido, e preenchido pelos países da região.

Ora, a política externa brasileira é uma construção baseada fundamentalmente no Direito. Por tudo e para tudo, o Itamaraty busca cercar-se de compromissos formais bem definidos. Assim foi na delimitação das fronteiras nacionais. Desta forma, além dos tratados e acordos assinados com cada vizinho, temos um instrumento específico para a fronteira sul, que é o Tratado da Bacia do Prata, que regulamenta boa parte de nossas relações com o Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia.

Consolidada esta etapa, buscamos igual procedimento com os países das fronteiras oeste e norte. Resultou daí o Tratado de Cooperação Amazônica, que cobre o arco do restante de nossos vizinhos, com a superposição dando-se na Bolívia.

Restava a fronteira leste, isto é, o oceano que nos defronta. Dada a conjuntura, seria impensável um tratado reunindo interesses tão díspares quanto os que hoje se percebem nos dois lados do Atlântico. A solução, então, foi uma magnífica obra de ourivesaria diplomática que reuniu princípios gerais aceites por todos e consubstanciados na Resolução 41/11 das Nações Unidas, que declara o Atlântico sul zona de paz e cooperação. Esta resolução, embora meramente declaratória, seria, na convicção de seus idealizadores, a base de um futuro tratado, ou de tratados, regulamentador de nossa convivência com os países da costa atlântica.

Esta manobra da política externa brasileira guarda notável semelhança com a estratégia portuguesa dos Descobrimentos: para assegurar a protecção da costa africana e da rota das Índias, Portugal ocupou a margem ocidental do Atlântico, isto é, o Brasil; agora o Brasil, para proteger suas próprias costas e para assegurar a sua liberdade de iniciativa na área que lhe é vital, prepara-se para projectar poder e influência sobre a margem oriental do Atlântico.

O objectivo da declaração do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação é a redução e a

eliminação da presença de forças militares de potências extra-regionais. A letra e o espírito da Resolução 41/11 dão aos países da região uma enorme responsabilidade militar: eles se declaram os únicos guardiões do Atlântico Sul. Ora, dos países ribeirinhos, apenas três têm capacidade teórica de exercer um papel importante na defesa do Atlântico Sul, a nível regional: África do Sul, Argentina e Brasil. A África do Sul fica descartada de nossas considerações, pelas razões óbvias. Restam Argentina e Brasil, que terão grandes dificuldades para desenvolver uma capacidade militar adequada à tarefa que a política externa impôs aos militares.

Isto é particularmente verdadeiro para o Brasil. O Brasil construiu nas últimas décadas um paradoxo de segurança: ocupou sectores extremamente competitivos do comércio internacional; rompeu as tradicionais alianças do alinhamento automático; construiu uma notável indústria de material bélico e, no entanto, é hoje militarmente mais fraco, em termos relativos, do que quando iniciou este esforço.

De resto, por melhor que nos corra o futuro, jamais teremos condições de afastar da região as tensões do conflito Leste-Oeste. Teatro de operações marginal, ou não, o Atlântico Sul é zona de patrulha de submarinos russos e norte-americanos, dotados de armas nucleares e quanto a esta presença nada podemos fazer. Por sua vez, as potências extra-regionais instaladas nesta área estratégica não se sentem nem se sentirão compelidas a abandonar as suas posições: os Estados Unidos não deixarão sua base em Ascensão; os cubanos somente sairão de Angola se for conveniente às duas superpotências; a França permanecerá com seus conselheiros militares em vários países da costa ocidental da África e reterá a Guiana.

A Inglaterra, por sua vez, considera-se parte integrante da região, por ter a posse das Ilhas Malvinas. E isso nos leva a uma situação delicada. Durante o 2.º Simpósio de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiro, promovido pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Argentinas e pelo Estado-Maior das Forças Armadas Brasileiras (São Paulo, 5 a 7 de Abril de 1988), tive a oportunidade de assim me dirigir a um selecto público de militares e estudiosos argentinos e brasileiros:

«A guerra interrompeu negociações difíceis e deixa sem perspectivas visíveis a longo prazo as relações Argentina-Inglaterra. O impasse está em que a Argentina não aceita declarar o fim das hostilidades e encetar negociações sem que seja reaberta a questão da soberania argentina sobre as ilhas; e a Inglaterra recusa-se a discutir a soberania.

Com isso, tem-se no Atlântico Sul um grave problema de segurança: trata-se, afinal, de uma guerra não concluída pela declaração formal de cessação das hostilidades e de um

contencioso territorial levado ao impasse pela rígida intransigência das partes que consideram estar nas ilhas seus interesses vitais.

O «caso Malvinas» não é somente um entrevero bilateral. Existe toda uma rede de solidariedade latino-americana em favor da Argentina. Por sua vez, a política externa argentina tem como objectivo maior e permanente a recuperação das ilhas: todas as suas acções e todos os seus discursos estão dirigidos para este fim.

Permito-me chamar a atenção para o inconveniente que representa uma política externa de tema único e obsessivo. O caso da Bolívia, com seu crucial problema de encontrar uma saída para o mar, é um bom exemplo. Chega um tempo em que a solução do problema se inviabiliza pela retroalimentação de ressentimentos e pela idealização de fórmulas compensatórias. Chega um tempo em que a rede de solidariedade internacional se esgarça, seja devido à imobilidade da questão, seja pelo surgimento de outros interesses próprios e nem sempre conciliáveis. A política externa monocórdica, por um lado, empobrece o universo de relações de quem a pratica; por outro lado, a perda de apoio incondicional e automático geralmente leva à tensão e ao afastamento.

Nos últimos 40 anos, o Brasil alinhou automaticamente a sua política externa aos interesses vitais de dois países. Por uma falsa noção de dever filial, o Brasil foi um firme esteio da política colonial portuguesa na África; por uma equivocada noção de solidariedade continental, o Brasil atendeu fielmente às necessidades dos Estados Unidos nos foros multilaterais e mesmo em algumas de suas questões bilaterais. Em nenhum destes casos o alinhamento automático serviu aos reais e profundos interesses nacionais brasileiros. Em ambos, a ruptura do alinhamento deu-se com prejuízo imediato das relações bilaterais».

Em busca de uma capacidade de dissuasão

Os estrategistas brasileiros têm consciência de que o Brasil não tem e não terá capacidade para alterar procedimentos e resultados decorrentes de qualquer tipo de conflagração global. Sabem, também, o quanto seria difícil e custoso desmontar as realidades de poder já cristalizadas na área de interesse vital do Brasil.

Resta ao Brasil movimentar-se nos níveis médios do poder.

Para isso, o Brasil está tentando desenvolver uma força que tenha capacidade de dissuasão não só com respeito aos países fronteiriços e ribeirinhos do Atlântico Sul, mas também a eventuais e possíveis acções limitadas de grandes ou médias potências no âmbito da área

estratégica vital.

Esta capacidade de dissuasão está sendo buscada através de uma Força Aérea capaz de assegurar o controle do espaço aéreo nacional e ter capacidade estratégica (o que inclui foguetes de médio alcance) e de uma Marinha equipada com submarinos de ataque de propulsão nuclear.

O submarino nuclear será, obviamente, o maior dissuasor. Seu projecto está sendo desenvolvido pela Marinha, apesar das dificuldades que vem encontrando por parte dos possuidores de tecnologia de ponta, que têm dificultado ao máximo a transferência de equipamentos e conhecimentos vitais, tanto nesta área como na área de mísseis.

O Brasil e a Europa

Como se vê, este quadro estratégico está voltado para dentro de uma área que praticamente exclui a Europa como entidade geográfica. Da mesma forma, estamos praticamente excluídos das principais considerações estratégicas europeias.

Não podemos, entretanto, ignorar-nos mutuamente.

Em primeiro lugar, porque, do ponto de vista militar, as nossas áreas vitais são lindeiras: Atlântico Sul e Atlântico Norte não passam de convenções ideadas para representar segmentos de uma única realidade. Em segundo lugar, porque temos uma herança cultural comum que faz com que partilhemos os mesmos valores e tenhamos a mesma visão do mundo. Finalmente, somos partes comunicantes de um mesmo sistema económico.

Por tudo isso, temos que buscar uma convivência saudável e profícua, baseada na responsabilidade.

O Brasil aspira a afirmar seu papel de potência média, e portanto deve assumir as responsabilidades que este *status* lhe confere. Tais responsabilidades passam pela arrumação da economia interna, pela estabilidade institucional que permita a sucessão de governos confiáveis, pelo respeito aos compromissos assumidos com a comunidade internacional, compromisso com a causa da paz. Destas responsabilidades, o Brasil e os brasileiros não se podem afastar. Mas há responsabilidades que não são apenas nossas.

No Brasil, o fim da transição para a democracia dá-se em meio a circunstâncias desfavoráveis, notadamente a crise económica interna somada à dívida externa que suga nossos excedentes cambiais e anula as possibilidades de crescimento económico ao ritmo

exigido pela demanda social. Somadas, a dívida interna e a dívida externa do Brasil representam algo em torno dos 85 por cento do produto interno bruto, um percentual que impossibilita a gestão racional da economia.

Se a estas dificuldades agregarmos como dado constante o crescente proteccionismo que tem caracterizado a política comercial dos grandes países industrializados, teremos um quadro negro para o futuro do Brasil, perturbador também de toda a região sul-americana.

Os países industrializados - e aí incluo especialmente os membros da Comunidade Europeia - estão substituindo a política pela economia (a política às vezes revela a face altruísta do homem; a economia nunca). Nas suas relações intracomunitárias certamente encontrarão a prosperidade. Mas se optarem por modelos de crescimento que negam oportunidades a outros países que aspiram ao desenvolvimento, estarão na verdade alimentando uma nova era de desordem do sistema internacional.

Compreende-se esta substituição. Afinal, o termo *Europa* ainda é politicamente ambíguo, mas, economicamente, *Europa* é uma palavra que faz sentido.

Enquanto estes dois termos, o político e o económico, não forem homogeneizados, não poderemos em sã consciência falar na efectiva e construtiva cooperação entre a Europa comunitária e a América Latina. Teremos, quando muito, boas relações bilaterais. Boas, sim, mas necessariamente desagregadoras do conjunto.

Há 17 anos, Richard Nixon previa que o poder económico seria a chave dos outros tipos de poder. Esta previsão assume uma realidade cada vez mais palpável.

Portugal e Brasil são países egressos de experiências de governos autoritários. Sabemos, pelo que nos custou, que a inserção num sistema internacional estável e a própria estabilidade do sistema dependem da existência de regimes políticos democráticos, que contenham a legitimidade da representação popular.

Ora, a questão da democracia não é apenas formal. Ela passa, no caso do Brasil e no da maioria dos países da América Latina, pela erradicação da miséria, do analfabetismo, do atraso. E isto não se poderá ter se o maior mercado regional do Brasil se fechar no proteccionismo típico das economias recém-integradas.

Uma visão superficial do panorama estratégico mundial parece-me indicar que a Comunidade Europeia terá três áreas naturais de expansão.

A primeira seria a sua natural continuação geográfica, isto é, a Europa do Leste, que começa a abrir-se, pelas mesmas razões estratégicas que antes a mantinham fechada à

economia ocidental. Mesmo que Gorbachev não consiga realizar todo o seu programa, e mesmo que as conquistas possíveis demandem mais tempo que o projectado, o resultado será uma brecha com tendência a ampliar-se cada vez mais.

A segunda área de expansão já está sendo cuidadosamente preservada: são as antigas colónias, principalmente as africanas. É o caso de Portugal, que aos poucos vai fazendo cicatrizar as feridas da guerra colonial com uma política de cooperação crescente; é o caso da Inglaterra, que mantém cuidadosamente os laços da *Commonwealth*; é principalmente o caso da França, que, além do comércio e da cooperação, trata de manter com rigor a estabilidade dos Estados francófonos da África, nos quais já interveio militarmente mais de 20 vezes, desde 1960.

Só em terceiro lugar vem a América Latina. Há meses tentei transmitir a alguns estudiosos latino-americanos a minha visão pessoal das razões de nossa baixa prioridade nas considerações estratégicas europeias, abstraídas as considerações de ordem geográfica.

«Esta atribuição de prioridade é, por certo, determinada pelas políticas nacionais de alguns dos mais importantes Estados membros da Comunidade Europeia. É a política das partes determinando a tendência do todo (...).

Não podemos esquecer estes fenómenos quando examinamos outro aspecto de nossas relações com a Comunidade Europeia. Mesmo os países pequenos e mais pobres, como Portugal e Grécia, revejam a sua face europeia quando se integram na Comunidade: deixam de ter semelhanças com o Terceiro Mundo, europeízam-se e aproximam-se politicamente cada vez mais dos Estados Unidos. É que os membros da Comunidade Europeia são, quase todos, membros da OTAN, isto é, são os aliados preferenciais dos Estados Unidos na defesa de seus mútuos interesses vitais. Neste sentido, os interesses da Aliança Atlântica estão acima de tudo. Nós, ao contrário, insistimos em nos aproximarmos politicamente cada vez mais do Terceiro Mundo, o que automaticamente nos afasta dos Estados Unidos e, por consequência, de seus aliados preferenciais».

É este afastamento que temos que evitar, em nome do bem-estar das gerações futuras de nossos povos. E evitar o afastamento significa compreender que se o económico está prevalecendo sobre todas as formas de poder, então o económico deve ser posto ao serviço do entendimento e da paz.